

O CONHECIMENTO EM DESCARTES

THE KNOWLEDGE IN DESCARTES

Greice Sansão Araldi¹

RESUMO

No presente artigo, argumentaremos sobre a questão do conhecimento em Descartes, englobando as categorias teóricas-conceituais acerca do conhecimento aos moldes da matemática, elemento imprescindível para o estabelecimento da verdade. O conhecimento externo do mundo, com a apresentação das duas hipóteses cartesianas para o problema e o conhecimento correspondente às ideias, com o enfoque das ideias como meio para o conhecimento dos corpos e objetos e para o conhecimento da existência dos corpos e dos entes, proporcionando um pensar responsável e amplo para o conhecimento do mundo e de si mesmo. Por fim, a partir dessa movimentação teórica, percebe-se uma preocupação filosófica de Descartes em tratar criticamente o conhecimento para a construção e avanço dos pressupostos científicos.

Palavras-chave: Conhecimento; Filosofia; René Descartes.

ABSTRACT

In this article, we will argue about the issue of knowledge in Descartes, encompassing theoretical-conceptual categories regarding knowledge akin to mathematics, an essential element for establishing truth. External knowledge of the world, presenting the two Cartesian hypotheses for the problem, and the knowledge corresponding to ideas, focusing on ideas as a means for understanding bodies and objects, as well as for understanding the existence of bodies and entities, providing a responsible and comprehensive approach to understanding the world and oneself. Finally, from this theoretical movement, one can perceive Descartes' philosophical concern in critically addressing knowledge for the construction and advancement of scientific assumptions.

Key words: Knowledge; Philosophy; René Descartes.

¹ Pós-graduada em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bacharel em Filosofia pela Faculdade São Luiz. Professora de Filosofia na Rede Municipal de Brusque, Santa Catarina, Brasil. E-mail: greicearaldi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0903-6013>.

Artigo recebido em: 19/04/2024

Artigo aprovado em: 16/05/2024

Artigo publicado em: 29/07/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v11.5386>.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, argumenta-se sobre abordagem de Descartes acerca das questões fundamentais do conhecimento, o que é conhecimento e como é possível conhecê-lo? O filósofo destaca a importância de distinguir o verdadeiro do falso, afirmando que todas as proposições devem ser associadas a um valor de verdade para evitar a dúvida e enfatiza que a razão humana unifica o conhecimento, e que o progresso científico não impede a descoberta de novas verdades, mas, ao contrário, as facilita.

Descartes argumenta que todas as áreas do conhecimento estão interligadas e dependem umas das outras, sendo a razão o fator unificador, promovendo uma visão integrada das ciências, onde o estudo conjunto propicia resultados além do esperado. A razão é essencial para a busca da verdade e do conhecimento, sendo o caminho para compreender os limites do conhecimento humano.

Entretanto, o filósofo rejeita a opinião e a probabilidade como base para o conhecimento científico, criticando áreas como a alquimia e a astrologia. Além disso, estabelece critérios para determinar o que é científico, baseando-se na certeza como meta e critério de validade do conhecimento. Todo conhecimento que não passa pelo escrutínio da razão e não atende aos critérios metodológicos estabelecidos por Descartes não pode ser considerado científico.

A partir disso, compreende-se o papel fundamental da matemática na busca pela verdade e argumenta-se que a matemática oferece verdades universais que servem como base para a atividade científica e para a obtenção de conhecimento seguro. Através da matemática, Descartes busca tornar mais claro o processo de busca pela verdade sob a luz da razão humana.

Acerca do conhecimento externo do mundo, apresenta-se duas hipóteses, a primeira baseada na aplicação da máxima causal, e a segunda na inclinação natural de simplesmente crer na existência dos objetos externos. Ambas as hipóteses apontam para a necessidade de uma crença divina para justificar a existência das coisas corpóreas.

E por fim, Descartes explora a fundação do conhecimento do mundo e a origem das ideias, destacando que as ideias são meios para conhecer os corpos e objetos. Realiza-se a distinção entre ideias inatas, adventícias e factícias, com as adventícias sendo vistas como o elo entre o pensamento e o mundo externo. Em suma, Descartes questiona a confiabilidade das inclinações naturais na busca pelo conhecimento verdadeiro.

2 O CONHECIMENTO EM DESCARTES

Neste íterim, pretende-se responder às questões: “o que é conhecimento?” e “como é possível conhecer?” na perspectiva de Descartes. O intento do filósofo, primeiramente, é saber distinguir o verdadeiro do falso. Para Descartes, toda proposição é verdadeira ou falsa, e caso esse critério não seja seguido, o conhecimento será duvidoso. Com isso, toda proposição deve ser associada a um valor de verdade na qual Descartes define “mais vale jamais estudar do que ocupar-se de objetos difíceis com os quais, não podendo distinguir o verdadeiro do falso, seja obrigado a admitir como certo o que é duvidoso” (Descartes, 2010, AT II, § 1, p. 407).

A razão humana unifica o conhecimento, e tendo o conhecimento científico primado na razão “o conhecimento de uma verdade não nos impede, com efeito, de descobrir uma outra, como o exercício de uma arte nos impede de aprender outra, mas ao contrário, ela a isso nos ajuda” (Descartes, 2010, AT II, § 1, p. 407). A presente citação apenas afirma que o conhecimento condiciona a outros conhecimentos. Nesse sentido, a unidade das ciências permanece de maneira idêntica em relação aos objetos dispostos

a serem estudados. Como atesta Descartes “todas as ciências não são outra coisa que a sabedoria humana, que permanece sempre una e sempre a mesma, por mais diferentes que sejam os objetos às quais se apliquem” (Descartes, 2010, AT I, § 1, p. 408).

Para Descartes, todos os campos dos saberes estão ligados entre si, e segundo o filósofo “se alguém quiser investigar a sério a verdade das coisas, não deve escolher uma ciência em particular, estão todas unidas entre si e dependem umas das outras” (Descartes, 2004, AT III, § 3, p. 413). A ligação das ciências, umas às outras, se refere à razão humana, pois é a razão que transpassa toda a análise científica. Na visão do filósofo, os maiores progressos não partem dos estudos particulares e específicos mas do estudo integral de todas as ciências. Com base nisso, de modo conjunto, as ciências propiciam resultados além do que se pode esperar.

As ciências consistem em sabedoria, isto é, consistem na superioridade do conhecimento intelectual, este é o caminho para a procura da verdade em Descartes. Por conta disto, pode-se questionar, o que aproxima o sujeito da verdade? O que aproxima o sujeito da verdade, é senão, a razão que Descartes denomina como universal. O sujeito cartesiano se orienta a partir dos estudos dos objetos particulares, não a partir das ciências em particular. Nessa perspectiva, torna-se evidente que Descartes concentra o saber na razão, é a razão o fator que unifica as ciências em geral e garante a possibilidade de conhecimento. Embora as ciências tenham vários objetos, o conhecimento se expressa em uma razão.

“Nada me parece mais absurdo do que discutir aventureiramente os mistérios da natureza, a influência dos céus sobre a terra, a predição do futuro, e jamais ter investigado se a razão humana é capaz de descobrir tais coisas” (Descartes, 2004, AT VIII, § 8, p. 433). A razão é condição fundamental para o conhecimento, assim, é de tamanha utilidade investigar a si mesmo, o que é o conhecimento e quais seus limites. Pela primeira vez na história do pensamento, um filósofo promove uma discussão sobre o conhecimento e seus limites com base nos limites da própria razão humana,

lançando as bases para a formulação de um método de investigação. Deste modo, como escreve o comentador Alan Chalmers (1994, p. 24):

Colocado em termos bastantes simples: já que são seres humanos que produzem e avaliam o conhecimento em geral e o conhecimento científico em particular, para compreender as diversas maneiras pelas quais o conhecimento pode ser apropriadamente adquirido devemos levar em conta a natureza de cada ser humano que o adquire e o avalia. Devemos analisar os aspectos relevantes da natureza humana. Esses aspectos são a capacidade que o ser humano tem de raciocinar e sua capacidade de observar o mundo por meio dos sentidos.

Para o filósofo, o ser humano é capaz de descobrir, apreender e compreender os objetos e abstrações que deseja concentrar suas investigações. Portanto, o conhecimento é possível graças às operações racionais e somente com a razão se pode alcançar a ciência, de modo ordenado e sistemático. Na busca do conhecimento seguro, emerge a prioridade de estabelecer a certeza científica.

Todavia, compreendeu-se o que é conhecimento, mas se faz necessário, responder a seguinte questão: “qualquer conhecimento poderia produzir certezas?”. O caminho para responder a esta pergunta exige apresentar, de modo negativo, o que Descartes compreende por aquilo que não é possível de ser passível de conhecimento científico. O que Descartes não admite como ciência? Segundo o filósofo, “sobretudo o que dá lugar a opiniões prováveis, é impossível de adquirir um conhecimento perfeito” (Descartes, 2010, AT II, § 1, p. 408).

A opinião não pode ser objeto de certeza, ao passar pelo crivo da razão, a opinião se esquia do controle científico. A probabilidade é um conhecimento duvidoso e não serve para a ciência. Toda opinião e crença não pode ser objeto da ciência, pois não se constituem como conhecimento universal e aceito por todos. Segundo Érico Andrade (2017, p. 18), “o pensamento cartesiano quer combater os saberes baseados em crenças culturais ou religiosas que expressam a opinião de algumas pessoas, mas nunca podem ser partilhadas por todos”.

Descartes notadamente criticou outras áreas que na época, procuravam a verdade, em especial, a alquimia e a astrologia. “Os mortais possuem uma curiosidade tão cega que frequentemente conduzem seus espíritos por vias desconhecidas” (Descartes, 2010, AT III, § 1, p. 414). Assim, uma gama de conhecimentos é eliminada do domínio da ciência, pois eram especulações que propiciaram novas opiniões ou crenças, e não um conhecimento seguro visado pela certeza científica, isto é, pela ciência.

Para que um conhecimento seja considerado científico é necessário um procedimento com o qual todos os seres humanos possam concordar. Esse procedimento engloba um critério de verdade que serve de base para que qualquer ato de juízo possa ser objeto da ciência. Para que o juízo seja objeto da ciência é necessário que se possa traduzir em termos de certeza, e com isso, ser possível distinguir aquilo que é considerado ciência e aquilo que não é, assim como, aquilo que pode ser considerado um conhecimento certo ou não.

Descartes determina critérios para marcar os limites do que pode ser considerado conhecimento científico. Para o filósofo, todas as ciências aspiram a certeza. A rigorosidade da ciência, nesse momento, reside nos critérios do método. Todas as ciências seguem um método do qual permite distinguir o objeto, como objeto válido ou não para a atividade em questão. A ciência, ao estabelecer seus critérios para obter conhecimento seguro, joga para longe os conhecimentos puramente especulativos.

Para Descartes, é na própria certeza que se encontra o critério acerca da cientificidade de um saber. Ou seja, todo conhecimento que não puder ser aceito por todos pelo fato de se restringir à crença ou à religião do indivíduo está fora do âmbito da ciência. Esses conhecimentos nunca poderão ser certos e, por isso, nunca poderão ser científicos. Não existe para Descartes, ciência do místico ou ciência que se construa com base nas crenças individuais de cada pessoa. Com efeito, o que não pode ser traduzido em termos de certeza e aceito por todos, sem restrição, não pode ser conhecimento científico (Andrade, 2017, p. 19).

Com base na citação, compreende-se que o filósofo faz da certeza não apenas um critério científico mas a sua meta, isto é, base para o conhecimento. A ciência é o único lugar em que o sujeito pode ter uma certeza sobre o assunto, e versar sobre este mesmo assunto, com outros sujeitos, independente das opiniões e crenças pessoais. Sobre o conhecimento científico dos filósofos antigos, Descartes enfatiza o seguinte, “convencidos pelas primeiras sementes de verdade depositadas no espírito humano pela natureza, elevaram [o conhecimento] à condição de milagres pela multidão ignorante e maravilhada” (Descartes, 2010, AT IV, § 5, p. 417). Descartes enfatiza que o conhecimento tomado como crença não é científico, assim como, certas opiniões tomadas como verdades absolutas e imutáveis não são científicas.

A certeza para a garantia e validade do conhecimento é o primeiro critério para determinar o que é científico. Com base nisso, Descartes oferece a seguinte conclusão, “por método do conhecimento, entendo as regras fáceis e corretas graças às quais todos os que as observam com exatidão nunca suporiam verdade o que é falso, e aumentando progressivamente sua ciência, ao conhecimento verdadeiro de tudo que podem alcançar” (Descartes, 2010, AT IV, § 1, p. 414). Portanto, o conhecimento que não passa pelo crivo da razão, estabelecidos os critérios metodológicos, não pode ser objeto da ciência. Com efeito, chega-se à resolução da pergunta, nem todos os conhecimentos podem produzir certezas.

3 O CONHECIMENTO AOS MOLDES DA MATEMÁTICA

Para Descartes, a matemática é um elemento imprescindível para o estabelecimento da verdade. As matemáticas possuem verdades universais. Para o procedimento operativo e para a própria atividade científica a utilidade da matemática é tornar mais claro a busca da verdade de algo, sob a luz natural da razão humana. O valor da matemática reside no aumento da capacidade de análise das informações

trabalhadas e investigadas por Descartes. O método para o conhecimento certo e seguro é definido como matemático.

Segundo Descartes, “a *mathesis universalis*, engloba tudo aquilo pelo qual as demais ciências são ditas partes da matemática” (Descartes, 2010, AT IV, § 6, p. 418). A matemática universal “é entendida como uma ciência de nível superior, que examina a ordem e a medida consideradas em si mesmas, independente de todos os objetos aos quais possam ser aplicadas” (Descartes, 2018, p. 20). Aparentemente, com a matemática universal, Descartes almejava a unificação de disciplinas, não só a aritmética e geometria, mas a música, óptica e mecânica². Para Kruger (2009, p. 145), “o método como matemático é fundante da própria ciência, considerado o único a se apresentar como referência para encontrar verdades ou certezas que caracterizam a natureza racional”.

O jovem Descartes das *Regras* trabalha com as matemáticas e o método, para melhorar a capacidade de obter conhecimento. No entanto, em relação ao Descartes das *Meditações*, pode-se questionar, como o filósofo trabalha com as matemáticas nesta obra, ao nível metafísico? Alhures, para que se chegue aos propósitos, retorna-se-à para a *Quinta Meditação*, nos argumentos iniciais Descartes enfatiza a validade das essências matemáticas. Para o filósofo, a ideia das essências das matemáticas são inatas para o ser humano.

Antes de indagar acerca do conhecimento do mundo exterior, Descartes afirma, “devo considerar as suas ideias, na medida em que estas estão em meu pensamento [...] imagino distintamente a quantidade, a extensão em comprimento, largura e profundidade dessa quantidade ou da coisa quantificada” (Descartes, 2004, AT V, § 3, p. 133). Para o filósofo, todo objeto é passível de atribuição, de onde se segue “atribuindo-lhes todas as grandezas, figuras, situações e movimentos locais e, a estes movimentos, todas e quaisquer durações” (Descartes, 2004, AT V, § 4, p. 134). Com

² Estudiosos como John Schuster, Pamela Krauss e Stephen Gaukroger apresentam discussões filosóficas sobre a relação entre *mathesis universalis* e o método cartesiano.

base nisso, parece que as ideias dos objetos e das entidades particulares são inatas, pois sempre que essas ideias estão na mente do sujeito, são idênticas à sua natureza, uma natureza quantificável matematicamente, verdadeira e imutável.

E creio seja o mais considerável aqui que encontre em mim inúmeras ideias de coisas que, mesmo se não existirem em parte alguma fora de mim, não se pode dizer, porém, que não sejam nada. Embora elas sejam pensadas por mim, de certo modo, segundo meu arbítrio, não são contudo uma ficção minha, pois têm suas naturezas verdadeiras e imutáveis (Descartes, 2004, AT V, § 5, p. 135).

Os números, conseqüentemente, “as matemáticas possuem um caráter lógico-ontológico” (Landim, 1992, p. 34). Para o filósofo, imaginar um número, mesmo que não esteja em nenhum lugar do mundo, fora do pensamento, não permite que sua natureza ou forma determinada e essencial não seja cognoscível. Pelo contrário, a natureza essencial das matemáticas são fundamentais para demonstrar uma série de propriedades dos objetos, em geral físicos e abstratos.

Como já visto anteriormente, a essência de um triângulo é imutável e eterna, independente do sujeito, e isso expande-se a todas as essências matemáticas. As essências matemáticas independem dos sentidos, de acordo com o filósofo “não pode haver nenhuma suspeita de que as obtive jamais pelos sentidos” (Descartes, 2004, AT V, § 5, p. 135). As essências matemáticas não são provenientes do sentido, a ideia de essência se apresenta de forma clara e distinta no intelecto humano. O critério do conhecimento em relação às matemáticas diz respeito à ideia de que as matemáticas não são inventadas pelo sujeito, mas conhecidas pelo poder razão. Assim, todo objeto da matemática é conhecido, logo, é real, mesmo que não tenha uma realidade efetiva, material, ou como define Descartes, uma *realidade objetiva*.

É assim que Descartes infere significado de realidade às naturezas simples, ou seja, as naturezas intelectuais, verdadeiras e imutáveis, como é o caso das matemáticas. As matemáticas proporcionam um conhecimento claro e distinto, produzem certezas,

o que é suficiente para compreender que as matemáticas, sua essência, não é inventada ou formulada pelo ser humano, é conhecimento *a priori*, isto é, “absolutamente independente de toda a experiência” (Moser, 2002, p. 95).

Com base nisso, a matemática é aceita como verdadeira. Sabe-se que Descartes coloca no mesmo plano a ideia de Deus e a ideia da matemática, como afirma, “é certo que encontro em mim a sua ideia, isto é, a ideia de um ente sumamente perfeito, não menos do que em mim encontro a ideia de qualquer figura ou qualquer número” (Descartes, 2004, AT V, § 7, p. 141).

O que é importante compreender nessa passagem? Para o filósofo, o conhecimento claro e distinto de algo corresponde e pertence àquilo que é. Disso prossegue compatibilizar as matemáticas com um conhecimento verdadeiro. Tudo o que se pode conhecer das matemáticas é um conhecimento claro e distinto, que somente as matemáticas pertence. Assim, as matemáticas são verdades essenciais para o conhecimento humano.

O conhecimento da matemática, assim como o conhecimento de Deus está ligado à perfeição, sua existência necessariamente se liga à perfeição, pois quando o sujeito pensa nas matemáticas, não se trata de captar uma ideia das matemáticas como a representação de sua essência, mas de perceber, por intermédio do processo racional a sua existência conjunta, isto é, a essência das matemáticas independe da representação. Dada a validade da verdade das essências matemáticas, a natureza da matemática é imutável e não são inventadas pelos sentidos. Isso faz Descartes utilizar das matemáticas para os moldes do conhecimento.

Essas longas cadeias de razões, todas simples e fáceis, das quais os geômetras tem o costume de servir-se para chegar às suas demonstrações mais difíceis, deram-me ocasião de imaginar que todas as coisas que podem ser incluídas no conhecimento dos homens decorrem uma das outras (Descartes, 2018, AT II, § 19, p. 81).

Portanto, as matemáticas garantem a certeza e possibilitam determinar experiências corretas, para os domínios físicos, os objetos do mundo, e para além disso. A aplicabilidade da matemática é genuinamente uma característica, tanto da metafísica quanto da física cartesiana, pois Descartes resolve problemas conceituais com sua capacidade enquanto matemático. Em suma, o filósofo oferece a sua percepção da matemática como constituição de conhecimento verdadeiro, contribuindo para a ciência e o conhecimento de si e do mundo. Para prosseguir, requer compreender o conhecimento externo do mundo, como Descartes prova que o mundo, local de experiências únicas para o ser humano, existe?

4 O CONHECIMENTO EXTERNO DO MUNDO

Descartes explica a garantia do conhecimento das coisas que existem externamente ao sujeito pensante na *Sexta Meditação*. Assim, se inicia a *Meditação*, “resta-me examinar se as coisas materiais existem; em verdade, na medida em que são ao menos objeto da matemática pura, quando as percebo clara e distintamente, podem elas existir” (Descartes, 2004, AT VI, § 1, p. 155). Descartes reconhece que a existência é possível através das matemáticas, a existência dos objetos se torna justificada por uma série de enunciados afirmativos pela faculdade do juízo. Entretanto, por que a existência externa do mundo se torna possível apenas com as matemáticas? Porque as matemáticas proporcionam um conhecimento verdadeiro. É necessário descobrir se as representações dos objetos do mundo na mente humana, referem-se à sua existência.

Para responder melhor a esse questionamento, Descartes indica a faculdade de imaginar, “cujo uso experimento quando me volto para essas coisas materiais, parece decorrer que estas existem; mas numa atenta consideração esta não se mostra como uma certa aplicação da faculdade cognoscitiva a um corpo presente” (Descartes, 2004, AT VI, § 1, p. 56). A imaginação é restrita, pois necessita dos objetos físicos para representar na mente, reproduzi-los. Entretanto, a imaginação é o primeiro

pressuposto de que o conhecimento externo do mundo existe. O filósofo utiliza-se de duas formas geométricas, o triângulo e o quiliógono, para pensar as limitações da imaginação em relação a um conhecimento verdadeiro do mundo externo.

É difícil imaginar uma forma geométrica de mil lados, como é o caso do quiliógono, pois os mil lados não são claramente visualizados pela imaginação, necessitando assim, de um objeto físico. Enquanto o triângulo, se apresenta claramente, pois é muito mais fácil para imaginação discernir as linhas do triângulo. Desta maneira, o filósofo compreende que a imaginação é diferente da intelecção pura. Conforme explica o filósofo, “a força de imaginar está em mim, na medida em que difere da força de entender, não é algo requerido por mim mesmo, isto é, pela essência da minha mente” (Descartes, 2004, AT VI, § 4, p. 159). A imaginação necessita de algo para imaginar, assim Descartes compreende que “ao imaginar, volta-se para o corpo e nele vê algo conforme a uma ideia que ou é entendida por ela ou é percebida pelos sentidos” (Descartes, 2004, AT VI, § 4, p. 159).

Com base nisso, o filósofo mostra a crença na existência externa do mundo, pois é próprio da imaginação representar objetos. Então a crença de que existem coisas corpóreas será considerada verdadeira. Entretanto, a imaginação está ligada à sensibilidade, o que conduz a uma discussão mais profunda. Existe possibilidade das ideias derivadas da imaginação provarem a existência dos objetos externos? Para Descartes, ainda não se pode dar esta questão como concluída, particularmente, a hipótese permanecerá injustificada. Um dos pontos principais desta *Meditação*, será a recapitulação de várias crenças cartesianas em torno da memória, ideias, sensações, sonhos e vigília. Há todo um movimento de ponderação quanto às coisas que se percebem pelos sentidos, para seguir em frente e acreditar no que não é confuso e duvidoso, e estabelecer a verdade.

Descartes analisa as sensações, os dados sensíveis através da veracidade divina. Apesar de parecer redundante, pois já foi extensamente tratado na *Terceira Meditação*, para o filósofo é de suma importância. O próprio critério das ideias claras e distintas

funcionam como uma regra geral para obter conhecimento verdadeiro, e neste momento, será usado para pensar as sensações derivadas dos objetos externos. O sujeito segue a procura do conhecimento das coisas materiais para encontrar o lugar onde a existência material está ancorada. Para isto, Descartes recorre a inteligência divina para acreditar nas coisas corpóreas.

Há na verdade em mim uma certa faculdade passiva de sentir ou de receber e conhecer ideias das coisas sensíveis, a qual me seria, no entanto, totalmente inútil, se não existisse também, em mim ou em outra coisa, uma certa faculdade ativa, que produza ou cause essas ideias. Mas é seguro que essa faculdade ativa não pode estar em mim; porque, de um lado, não pressupõe nenhuma inteligência e, de outro lado, essas ideias produzem-se sem a minha cooperação e, com frequência, até contrariando minha vontade. Resta, pois, que esteja numa substância diversa de mim, na qual deve estar contida formal ou eminentemente toda a realidade que está contida objetivamente nas ideias produzidas por essa faculdade. Essa substância ou é um corpo na qual está contido formal e efetivamente tudo o que está contido nas ideias objetivamente e por representação, ou é por certo Deus ou alguma criatura mais nobre que o corpo, na qual está contido eminentemente. Mas como não é enganador, é de todo manifesto que Deus não põe por si, imediatamente, essas ideias em mim, nem mediante alguma criatura que contivesse formalmente, mas só eminentemente, a realidade que, nelas é objetiva. Pois ele não me deu nenhuma faculdade para o reconhecer e, ao contrário, deu-me grande propensão a crer que elas são emitidas das coisas corporais, não vejo razão por que não o possa entender enganador, se essas ideias forem emitidas de alhures que não das coisas corporais. Por conseguinte, é preciso confessar que as coisas corporais existem (Descartes, 2004, AT VI, § 19, p. 170).

Compreendido dessa maneira, as faculdades do pensar são totalmente distintas entre si, a faculdade da inteligência, do juízo, do entendimento, da imaginação e do sentir. A gama de faculdades não obscurece o poder da razão de conceber cada uma na sua especificidade, isto é, de compreender as características e funções que provêm de cada uma delas. A faculdade da imaginação e do sentir não afetam as outras faculdades, de tal maneira, que a imaginação e o sentir não podem ser concebidas no entendimento sem o consentimento das outras faculdades. Ou seja, a imaginação e o

sentir não podem se manifestar sem o entendimento de que são o que são pela faculdade da intelecção.

Descartes reconhece a existência de outra coisa além do pensamento, reconhece que há um corpo, uma natureza corpórea diferente da natureza substancial do qual reitera. A existência de uma faculdade ativa depende de uma substância diferente de todas as faculdades pré-dispostas no sujeito. Qual faculdade poderia reconhecer a veracidade da existência dos objetos externos derivados das coisas corporais? Para Descartes, Deus não atribuiu ao sujeito a faculdade de reconhecer, assim, não existe uma justificativa além da propensão de crer que o conhecimento externo deriva das coisas corporais, embora Descartes afirma que “talvez não existam inteiramente tais quais as compreendo pelo sentido, mas há nelas todas as coisas que entendo clara e distintamente, isto é, todas as coisas compreendidas pela matemática pura” (Descartes, 2004, AT VI, § 21, p. 173).

Todavia, o que se pode compreender até o momento? Segundo Guzzo (2021, p. 50), a faculdade sensível, imaginação e sentir, para a prova da existência externa do mundo produzem duas hipóteses: “tais ideias possuiriam um conteúdo representacional, sendo a aplicação da máxima causal o elemento principal da prova”; isto é, o sujeito através da correspondência com o objeto entende o conteúdo, derivado da relação causal entre observador e objeto; e “elas são caracterizadas apenas pela consciência de uma passividade, sendo a inclinação natural o principal elemento da prova” (Guzzo, 2021, p. 51); isto é, a inclinação de simplesmente crer que os objetos existem, devido a semelhança da ideia sensível com os corpos externos, como a argumentação de Descartes enfatiza. Portanto, qual seja a questão acerca do conhecimento externo do mundo, há duas hipóteses das ideias sensíveis como forma de conhecer a esfera externa do sujeito, onde uma delas recorre-se à crença divina.

5 O CONHECIMENTO CORRESPONDENTE DAS IDEIAS

Descartes preocupa-se com a fundação do conhecimento do mundo sobre o eu e com o exame da natureza e origem das idéias. As ideias são meios para o conhecimento dos corpos e dos objetos do conhecimento. Para Descartes, “as ideias, se consideradas em si mesmas e não referidas às coisas a que reportam, não podem ser propriamente falsas” (Descartes, 2004, AT III, § 8, p. 75).

Antes da dúvida, era a partir das ideias que Descartes costumava inferir a existência de alguma coisa fora da mente. As ideias parecem ter naturezas diversas, assim, Descartes apresenta suas distinções “entre essas ideias, algumas me parecem inatas, outras, adventícias, outras, inventadas por mim mesmo” (Descartes, 2004, AT III, § 10, p. 77). O filósofo introduz uma divisão entre as ideias inatas, adventícias e as factícias.

De acordo com Scribano (2007, p. 79), “as ideias apontadas como adventícias são normalmente apontadas como o veículo entre o pensamento e o mundo externo, estas são consideradas involuntárias”. Há razões que sustentam a crença cartesiana na existência do mundo externo com base na presença de ideias na mente, assim, deve existir um mundo externo, pois não é o sujeito que decide ver ou não ver os astros no céu, deve existir um mundo externo por que o sujeito é levado a crer na existência dos astros que observa por uma inclinação natural. Entretanto, existem problemas, para o filósofo tais inclinações não são confiáveis na busca pelo conhecimento verdadeiro.

Em resumo, o caminho das ideias é o caminho espontâneo seguido para acreditar na existência do mundo e na semelhança desse mundo com as ideias que o sujeito tem dele. Trata-se então, da correspondência das ideias para se chegar à existência dos objetos e dos entes. Descartes, além de analisar as ideias segundo sua origem, analisa-as segundo sua natureza. As ideias segundo a sua natureza são divididas da seguinte maneira: restrita e ampliada. A ideia restrita diz respeito às “ideias de sentido próprio” (Scribano, 2007, p. 80). Isto é, atribuição do nome ideia aos

eventos representativos; já a ideia ampliada diz respeito a todo *evento mental*, isto é, todo pensamento é uma ideia.

Na *Terceira Meditação*, Descartes tematiza pela primeira vez a noção de ideia, vinculada à concepção de ideia como modo representativo, isto é, a ideia em sentido restrito. “Alguns desses pensamentos são como imagens das coisas e somente a eles convêm propriamente o nome de ideia” (Descartes, 2004, AT III, § 6, p. 75).

Em suma, são chamados os eventos mentais que portam conteúdo representativo de ideias, mas os pensamentos, como atos de pensamento atuam sobre as ideias e os atos que atuam sobre as ideias, como julgar e querer, não representam coisa alguma, apenas discernem no entendimento tais conteúdos.

Bom, agora pode-se questionar, o que a ideia representa? Descartes herda da escolástica, dois modos representativos, a noção de *realidade objetiva* e *realidade formal*. Conforme explica Scribano (2007, p. 81), a realidade objetiva “indica o tipo de realidade que compete a um ente enquanto é objeto do pensamento”, isto é, o livro enquanto é conhecido tem uma realidade objetiva no entendimento, já o livro considerado em si, independente de ser conhecido, tem uma realidade formal. Descartes, com isto, propicia um duplo sentido às ideias, a ideia é ato do pensar, sob essa característica todas as ideias são iguais.

A ideia de um livro, enquanto ideia, não difere da ideia de um caderno. Por outra perspectiva, a ideia representa alguma coisa, a ideia de livro e caderno possui conteúdo diferente, da qual difere uma da outra. Assim, a ideia de livro e caderno não se diferenciam enquanto ato do pensamento, mas se diferenciam enquanto são ideias com conteúdo distintos, representando um livro e um caderno. Disto se segue, que “todas as ideias em sentido próprio representam alguma coisa, no entanto, nem a tudo o que é representado compete uma existência real e possível fora da mente, esta só se aplica àquele conteúdo representativo contido no ser real” (Scribano, 2007, p. 82).

O ser real, para Descartes, compete ao dado que tem uma essência verdadeira, por isso existe, mesmo não existindo atualmente. As matemáticas, suas essências,

existem verdadeiramente, mesmo não existindo atualmente, enquanto um círculo quadrado, seres contraditórios são impossíveis essencialmente e existencialmente. Disto segue-se que não possuem nenhuma realidade, seriam um puro nada, não há conteúdo para representar no entendimento. Tanto o círculo quanto o quadrado existem, sua natureza é representada, entretanto, um círculo quadrado é tão somente um pensamento confuso e obscuro. Com isso, o filósofo se esforça para julgar se uma ideia representa verdadeiramente a essência e os objetos do mundo.

A natureza das ideias é representar alguma coisa, com isso, o objeto do pensamento é o ente, pois não é possível pensar o nada porque o nada não pode ser pensado. A mente humana é capaz de pensar aquilo que existe e que não existe atualmente, por conseguinte, a mente pensa sob uma forma de ente real. O sujeito deve pensar o ente como se fosse alguma coisa, assim, a mente trabalha com objetos adequados sob a forma daquilo que é. Segundo Suárez (2013, p. 63), “o entendimento concebe como entes, e assim forma os entes de razão”.

Para Descartes, as ideias claras e distintas que representam os entes existentes que podem existir fora da mente, são as matemáticas, as ideias das essências matemáticas fazem parte do ser real, sua realidade objetiva é constituída, abarcando assim, uma existência necessária. Da mesma forma, a ideia de Deus, o conhecimento advindo das ideias claras e distintas é verdadeiro, o conteúdo representativo das ideias justifica o pressuposto de existência, mesmo que no caso das matemáticas e Deus não tenha uma realidade atual. O conhecimento correspondente às ideias é importante, não somente para o desenvolvimento daquilo que é real, mas para aquilo que é finito.

Com base no exposto, as ideias estabelecem o nexos significativo entre o ente ou objeto, assim, o sujeito tem plena condição de conhecer, e pode estabelecer os dados referente aquilo que conhece no tempo e no espaço, relativamente a interioridade e exterioridade do sujeito. É necessário que o entendimento humano tenha todas as condições para que possa realizar a percepção efetiva dos objetos para bem conduzir a razão no caminho da fundação do conhecimento. Diante do exposto, se a existência

do mundo foi justificada, e é entendida como verdade, cabe ao sujeito a utilização dos meios para investigar seu exterior e evitar o erro.

Todavia, o sujeito do conhecimento realiza o exercício mental, cujo aspecto principal é o ato cognoscível e não a revelação com base no divino. Após assumir o método para investigar os diversos problemas da filosofia, pressuposto já nas *Discurso do Método* e *Meditações*, torna-se possível pensar a questão do conhecimento, evidenciando que as faculdades humanas desempenham um papel importante, a clareza e a distinção conduzem ao conhecimento certo e seguro e o conhecimento se dá pela inspeção paciente do espírito humano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresenta uma argumentação crítica do conceito de conhecimento e suas categorias na perspectiva de Descartes, destacando sua ênfase na busca pela certeza como critério fundamental para determinar o que é científico. O filósofo argumenta que todo conhecimento deve ser submetido ao escrutínio da razão, rejeitando opiniões e crenças não fundamentadas em certezas universais.

Distingue claramente entre conhecimento científico, baseado em métodos rigorosos e capaz de oferecer certezas, e outras formas de conhecimento, como opiniões e especulações, que não atingem o padrão de certeza exigido pela ciência. Ao enfatizar a importância da razão como meio de alcançar o conhecimento seguro, Descartes estabelece critérios metodológicos para distinguir o que é científico do que não é. Argumenta que a certeza é a meta e o critério da ciência, e qualquer conhecimento que não possa ser aceito por todos de forma universal e inquestionável não pode ser considerado científico.

No entanto, ressalta-se as limitações desse enfoque cartesiano, especialmente em relação à possibilidade de certeza absoluta em todos os domínios do conhecimento e reconhece que nem todos os conhecimentos podem produzir certezas, especialmente

aqueles baseados em opiniões ou crenças individuais. Assim, cabe ressaltar que, o artigo oferece uma reflexão sobre a abordagem de Descartes em relação ao conhecimento, destacando tanto seus méritos na busca por critérios rigorosos e universais quanto suas limitações na garantia de certezas em todos os domínios do saber.

Por fim, a importância do estudo sobre o conhecimento avança em diversas áreas, como a psicologia, antropologia, direito e história. O conhecimento torna-se objeto de aprofundamento crítico, pois como é possível conhecer? O que é conhecimento e quais suas garantias? Descartes, coloca-se em uma posição inicial onde a bifurcação dos caminhos para aprofundar ainda mais a questão abre-se em diversas direções. Neste lugar, não houve pretensões conclusivas com respostas fechadas, mas sim, visou-se por um pensar responsável e amplo em direção de novas aberturas e investigações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Érico. **A Ciência em Descartes: fábula e certeza**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Curso de Teoria do Conhecimento e Epistemologia**. São Paulo: Minha Editora, 2012.

CHALMERS, Alan. **A Fabricação da Ciência**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1994.

DESCARTES, René. **Descartes: obras escolhidas**. Trad. Jacó Guinsburg, Bento Prado Júnior, Newton Cunha e Gita Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso do Método & Ensaio**. Trad. César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Neto, Marisa Donatelli, Pablo Rubén Mariconda, Paulo Tadeu da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DESCARTES, René. **Meditação sobre Filosofia Primeira**. Trad. Fausto Castilho. ed. Bilingue em Latim e Português. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

GUZZO, Fábio. A Prova da Existência das Coisas Materiais nas Meditações Metafísicas. **Polymatheia**, Revista de Filosofia, v. 13, n. 22, p. 40-52, jul/dez, 2021.

KRUGER, Evani Inês. **Descartes e a Fundação do Conhecimento**. 2009. 145 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

LANDIM FILHO, Raul. **Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MOSER, Paul. **The Oxford Handbook of Epistemology**. Chicago: Oxford University Press, 2002.

SCRIBANO, Emanuela. **Guia para leitura das Meditações Metafísicas de Descartes**. Trad. Silvana Cobuci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SUÁREZ, Francisco. **Disputatione Metaphysicae**. Estados Unidos: Nabu Press, 2013.